

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO-
RESERVA EM EMPREGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR**

EDITAL Nº 01 DO CONCURSO PÚBLICO 1/2019 – CRN-3 - NORMATIVO

100

Advogado

Tipo “A”

**Data e horário da prova:
Domingo, 5/5/2019, às 9 h.**

(Horário oficial de Brasília)

INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - um caderno de questões das provas objetiva e discursiva contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta, e 1 (uma) questão discursiva;
 - uma folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
 - uma folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O segredo da força está na vontade.

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de questões, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva e da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer as provas objetiva e discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, a folha de texto definitivo da prova discursiva e o caderno de provas, bem como retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno de questões das provas objetiva e discursiva 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos após o início da prova.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada, e a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e a folha de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e o texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

CONHECIMENTOS BÁSICOS
Questões de 1 a 20

LÍNGUA PORTUGUESA
Questões de 1 a 8

Texto 1 para responder às questões 1 e 2.

O nutricionista pode prescrever marcas de produtos?

1 É vedado ao nutricionista prescrever, indicar, manifestar preferência ou associar a própria imagem intencionalmente para divulgar marcas de produtos alimentícios, suplementos nutricionais, fitoterápicos, de modo a não direcionar escolhas, visando a preservar a autonomia do cliente e a idoneidade dos serviços prestados pelo profissional.

Se houver a necessidade de mencionar as marcas dos produtos, as empresas ou indústrias, o nutricionista deverá apresentar mais de uma opção, quando disponível. Nos raros casos onde não há outra opção que tenha a mesma composição ou que atenda à mesma finalidade, é permitido indicar o único existente, apresentando justificativa técnica para essa indicação.

Disponível em: <<http://www.crn3.org.br>>. Acesso em: 6 abr. 2019, com adaptações.

QUESTÃO 1

Com base na leitura compreensiva do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Em hipótese alguma, o nutricionista pode prescrever marcas de produtos sem que faça a devida justificativa técnica para tal indicação.
- (B) Na medida do possível, é vedado ao nutricionista prescrever marcas de produtos para que sejam preservadas a autonomia do cliente e a idoneidade dos serviços prestados pelo profissional.
- (C) O nutricionista está sempre liberado para prescrever marcas dos mais variados produtos, desde que apresente justificativa técnica para essa indicação.
- (D) O nutricionista tem autonomia para decidir pela prescrição ou não das marcas de produtos.
- (E) Raramente certos produtos alimentícios, suplementos nutricionais e fitoterápicos oferecem mais de uma opção com a mesma composição.

QUESTÃO 2

Considerando a regência, as regras para o uso do sinal indicativo de crase e as estruturas gramaticais do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A construção “É vedado ao nutricionista” (linha 1) poderia ser substituída pela redação **É vedado à todo nutricionista**.
- (B) No lugar do trecho “visando a preservar a autonomia do cliente e a idoneidade dos serviços prestados pelo profissional” (linhas 5 a 7), o autor poderia empregar a redação **com vistas a preservação da autonomia do cliente e da idoneidade dos serviços prestados pelo profissional**.

- (C) Outra redação correta para o trecho “Se houver a necessidade de mencionar” (linha 8) seria **Se for necessário de mencionar**.
- (D) No lugar do trecho “mencionar as marcas dos produtos, as empresas ou indústrias” (linhas 8 e 9), seria correto empregar a redação **fazer menção as marcas dos produtos, empresas ou indústrias**.
- (E) A passagem “Nos raros casos onde” (linhas 10 e 11) poderia ser substituída por apenas uma das seguintes redações: **Nos raros casos aonde** ou **Nos raros casos em que**.

Texto 2 para responder às questões de 3 a 5.



Disponível em: <<https://www.facebook.com/CRN3regiao>>. Acesso em: 6 abr. 2019.

QUESTÃO 3

Considerando-se a relação entre a linguagem e o conteúdo, é correto afirmar que o texto

- (A) utiliza a mensagem “Chegou o verão!” como justificativa para os apelos expressos nos períodos subsequentes.
- (B) pertence ao gênero charge, pois tem como propósito principal promover uma reflexão a respeito da necessidade de se hidratar durante o verão.
- (C) é um exemplo típico de propaganda comercial, pois estimula as pessoas a consumirem determinadas marcas de produtos.
- (D) tem como público-alvo as pessoas que ficam mais expostas ao sol nas praias e nos clubes.
- (E) trabalha estrategicamente com humor e irreverência para entreter o leitor.

QUESTÃO 4

Com base na relação entre as estruturas sintáticas e a construção do sentido do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A oração “Chegou o verão!” exemplifica uma relação entre um verbo transitivo e o respectivo complemento.
- (B) A redação **Hidrate-se!** suavizaria o tom de apelo expresso pelo período original em razão do emprego do ponto de exclamação no lugar do ponto final.
- (C) A redação **Chegou o verão por isso, hidrate-se** preserva a relação de sentido dos dois primeiros períodos e está correta do ponto de vista do uso da vírgula.
- (D) O termo “do consumo” desempenha a função de complemento da forma verbal “Abuse”.
- (E) O termo “da estação” generaliza o sentido do substantivo “frutas”.

QUESTÃO 5

Acerca das regras de ortografia vigentes, assinale a alternativa correta.

- (A) Assim como a forma verbal “Chegou”, também está corretamente grafado o vocábulo sublinhado na redação **Alguém tachou o nutricionista de estressado?**
- (B) Caso o autor resolvesse acrescentar o prefixo **re** à forma verbal sublinhada na construção “Hidrate-se”, a grafia correta seria **Re-hidrate-se**.
- (C) No lugar do trecho “Abuse do consumo”, seria correto empregar a construção **Faça uso excessivo**.
- (D) A redação **Afim de se hidratar, abuse do consumo de água e das frutas da estação**, poderia substituir o texto original, pois o vocábulo sublinhado está grafado corretamente.
- (E) Diferentemente dos nomes que designam as estações do ano, como “verão”, os nomes dos meses devem ser sempre grafados com inicial maiúscula.

Texto 3 para responder às questões 6 e 7.

Sarcopenia em idoso

¹ A sarcopenia, que acomete cerca de 15,4% dos idosos brasileiros, é caracterizada pela perda progressiva da força e massa muscular durante o envelhecimento. Suas principais ⁴ consequências são dificuldade para caminhar, aumento no número de quedas e até problemas de memória. Isso acontece porque, com o passar dos anos, o corpo sofre ⁷ alterações, como a perda de massa muscular e a diminuição do metabolismo. Como prevenir? A proteína é o principal nutriente para a formação de músculos. Portanto, devemos ¹⁰ incluir na alimentação carnes, ovos, leite e seus derivados. As proteínas também são encontradas em leguminosas, ¹² cereais e, principalmente, na soja.

RODRIGUES, Rodrigo Moreira. Disponível em: <<https://www.facebook.com/CRN3regiao>>. Acesso em: 6 abr. 2019.

QUESTÃO 6

Com base nas informações do texto e nas relações entre elas, assinale a alternativa correta.

- (A) O primeiro período do texto não oferece informações relevantes acerca do conceito de “sarcopenia” (linha 1).
- (B) A sarcopenia inevitavelmente vai acometer um indivíduo quando ele se tornar idoso.
- (C) O autor desenvolveu um texto predominantemente dissertativo com o propósito principal de expor informações relativas à sarcopenia e, assim, esclarecer o leitor a respeito do assunto.
- (D) O autor sugere que existe apenas um nutriente para a formação de músculos: a proteína.
- (E) A sarcopenia é um problema que acomete exclusivamente os idosos brasileiros, provavelmente em razão da má alimentação ao longo da vida.

Área livre

QUESTÃO 7

Tendo como referência os elementos responsáveis pela coesão do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A suposta substituição do trecho “como a perda de massa muscular e a diminuição do metabolismo” (linhas 7 e 8) pela redação **como ora a perda de massa muscular, ora a diminuição do metabolismo** alteraria a relação de sentido estabelecida originalmente pela conjunção “e”.
- (B) A conjunção “porque” (linha 6), além de garantir a sequência do texto, introduz uma informação que indica a consequência dos acontecimentos citados no período anterior.
- (C) Na linha 3, o pronome “Suas” retoma o termo “o envelhecimento”.
- (D) A substituição do termo “A proteína” (linha 8) pelo pronome **Ela** não comprometeria a coesão do texto.
- (E) O conectivo “também” (linha 11) estabelece uma relação entre dois períodos para indicar que a informação expressa pelo segundo é uma consequência do que é declarado no primeiro.

QUESTÃO 8

Tendo como referência as disposições do *Manual de Redação da Presidência da República* quanto à finalidade e à linguagem da comunicação oficial, assinale a alternativa correta.

- (A) O vocativo **Excelentíssimo Senhor** ou **Excelentíssima Senhora**, seguido do cargo respectivo, deve ser utilizado em todas as comunicações oficiais.
- (B) O texto **Conforme dito anteriormente, observou-se, com inacreditável clareza e nitidez que, no ano de 2018, as populações dos estados do Mato Grosso do Sul e de São Paulo, em sua esmagadora maioria, aprovaram, por meio de consulta pública, os serviços prestados pelo Conselho Regional de Nutricionistas (3ª Região)**, está totalmente adequado ao contexto da correspondência oficial.
- (C) Apenas nas situações em que prevalecem assuntos de interesse particular, a correspondência oficial pode adotar uma linguagem pessoal, subjetiva.
- (D) No fecho das comunicações oficiais, deve-se empregar **Respeitosamente**, seguido de vírgula, para autoridades de hierarquia superior à do remetente, inclusive o presidente da República, ou **Atenciosamente**, seguido de vírgula, para autoridades de mesma hierarquia, de hierarquia inferior ou demais casos.
- (E) Embora amplamente utilizado entre os mais variados órgãos públicos, o correio eletrônico (*e-mail*) não pode ser considerado um expediente oficial, pois a finalidade desse tipo de expediente está sempre relacionada a assuntos de interesse particular.

Área livre

QUESTÃO 9

Em uma planilha, deve-se inserir, na célula A10, uma fórmula para somar todos os valores numéricos das células do intervalo A1:B5. Considerando que a planilha está sendo elaborada no MS Excel 2013, versão em português, assinale a alternativa correspondente à fórmula que deve ser aplicada na célula A10 para somar todos os valores.

- (A) =SOMA(A1:A5)+SOMA(B1:B5)
- (B) =A1+A2+A3+A4+A5+SOMA(B1:B5)
- (C) =SOMA(A1+B5)
- (D) =CONT.VALORES(A1:A5)
- (E) =CONT.NÚM(A1:B5)

QUESTÃO 10

No MS Word 2013, versão em português, a aba Design->Formatação do Documento possui um conjunto de opções de formatação que podem ser aplicadas ao texto. Na aba Página Inicial, as opções de aplicar esse conjunto em títulos, subtítulos e parágrafos estão disponíveis em

- (A) pincel de formatação.
- (B) fonte.
- (C) estilo.
- (D) parágrafo.
- (E) suplementos.

QUESTÃO 11

=SE(ÉCÉL.VAZIA(H3)=FALSO;SE(CONT.SE(H3;"*Cr\$*")>0;"Cr\$";"R\$");"VAZIO")

A fórmula apresentada foi aplicada à célula K3 do MS Excel 2013, versão em português. Com base nela e em seus conhecimentos acerca de planilhas eletrônicas, e sabendo que a célula H3 está preenchida com o texto "Cr\$ 1.500.441,48", assinale a alternativa correta.

- (A) A fórmula está incorreta, uma vez que a separação dos argumentos (parâmetros) se dá por vírgulas.
- (B) A função CONT.SE da fórmula apresentada conta o número de ocorrências do texto "Cr" dentro da célula H3.
- (C) A função ÉCÉL.VAZIA retorna o valor FALSO, se a célula estiver vazia.
- (D) O resultado de CONT.SE(H3; "*4*") é 3.
- (E) O resultado da célula K3 é, após a aplicação das fórmula, "Cr\$".

QUESTÃO 12

Qual é a função do ícone , no PowerPoint 2013?

- (A) Inserir um vídeo no *slide* selecionado.
- (B) Iniciar a apresentação a partir do primeiro *slide*.
- (C) Assistir a um vídeo no modo edição.
- (D) Inserir um *slide* imediatamente após o selecionado.
- (E) Criar novo *slide*.

QUESTÃO 13

A caixa de pesquisa do Google permite diversos comandos para realizar a pesquisa avançada. Se um usuário deseja pesquisar "nutrição", mas não quer resultados que incluam "nutrição esportiva", qual deve ser a expressão pesquisada?

- (A) "nutrição" esportiva
- (B) nutrição- esportiva
- (C) "nutrição esportiva"
- (D) nutrição -esportiva
- (E) nutrição..esportiva

Área livre

QUESTÃO 14

De acordo com a Lei nº 6.583/1978, que cria e regula o funcionamento dos Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas, assinale a alternativa correta.

- (A) O Conselho Federal de Nutricionistas (CRN) é uma empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado.
- (B) Aplica-se o regime estatutário aos servidores dos Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas.
- (C) É obrigatório o registro nos Conselhos Regionais das empresas cujas finalidades estejam ligadas à nutrição.
- (D) O exercício da profissão de nutricionista, no território nacional ou estrangeiro, não encontra limitações.
- (E) O CFN terá sede e foro no estado do Rio de Janeiro.

QUESTÃO 15

Com base na Lei Federal nº 8.234/1991, que regulamenta a profissão de nutricionista, assinale a alternativa correta.

- (A) Os diplomas de cursos equivalentes ao de nutrição, expedidos por escolas estrangeiras, não poderão ser revalidados.
- (B) A carteira de identidade profissional só será considerada instrumento hábil de identificação civil em ambientes hospitalares.
- (C) A fiscalização do exercício da profissão de nutricionista não compete ao Conselho Federal de Nutricionistas.
- (D) É facultativa a participação de nutricionistas em equipes multidisciplinares criadas por entidades públicas e destinadas a coordenar cursos nos diversos níveis relacionados à alimentação e nutrição.
- (E) A direção, a coordenação e a supervisão de cursos de graduação em nutrição são atividades privativas dos nutricionistas.

QUESTÃO 16

Com relação à Resolução CFN nº 466/2010, a qual dispõe a respeito da inscrição de nutricionistas nos Conselhos Regionais de Nutricionistas, assinale a alternativa que apresenta a classificação da inscrição requerida ao portador de certificado ou declaração de conclusão de curso, com a data em que colou grau, reconhecido por órgãos federais ou estaduais competentes ou de curso considerado reconhecido pelo Ministério da Educação, nos termos da Portaria nº 40/2007 ou outra que vier a substituí-la.

- (A) Originária e definitiva.
- (B) Originária e provisória.
- (C) Secundária e definitiva.
- (D) Secundária e provisória.
- (E) Secundária e temporária.

QUESTÃO 17

Com base na Resolução CFN nº 378/2005, que dispõe quanto ao registro e cadastro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN), assinale a alternativa correta.

- (A) O cancelamento do cadastro da pessoa jurídica será efetivado pelo CRN, desde que haja notificação ao cadastrado, quando for constatado que a pessoa jurídica encerrou as respectivas atividades.
- (B) As pessoas jurídicas que desenvolvem atividades de auditoria, assessoria, consultoria e planejamento nas áreas de alimentação e nutrição, de forma simultânea ou não, não são obrigadas ao registro no CRN.
- (C) É obrigatório o registro no CRN de pessoa jurídica de direito público que disponha de serviço de alimentação e nutrição humanas, mesmo que não seja essa a sua atividade-fim.
- (D) A responsabilidade técnica no campo da alimentação e nutrição humanas é do nutricionista; excepcionalmente, pode ser assumida apenas por preposto da pessoa jurídica.
- (E) A responsabilidade técnica assumida pelo nutricionista em relação à pessoa jurídica ou às suas unidades será extinta quando o profissional estiver em débito com as próprias obrigações perante o CRN relativamente às anuidades.

QUESTÃO 18

Acerca da Resolução CFN nº 576/2016, que dispõe quanto a procedimentos para solicitação, análise, concessão e anotação de Responsabilidade Técnica do Nutricionista, assinale a alternativa correta.

- (A) A compatibilidade do tempo despendido para acesso aos locais de trabalho não será avaliada para que o Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) conceda e anote a Responsabilidade Técnica.
- (B) O nutricionista fiscal dos CRN pode assumir a Responsabilidade Técnica.
- (C) O indeferimento da Responsabilidade Técnica pelo CRN não exime o nutricionista da responsabilidade profissional pelas atividades por ele desempenhadas durante sua atuação na pessoa jurídica.
- (D) No caso de não concessão da Responsabilidade Técnica pelo CRN, cabe ao nutricionista informar diretamente a pessoa jurídica desse indeferimento.
- (E) A Responsabilidade Técnica é delegável.

Área livre

QUESTÃO 19

Com base na Resolução CFN nº 604/2018, que dispõe acerca da inscrição e fiscalização profissional de técnicos em nutrição e dietética (TND) nos Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN), quanto à transferência de inscrição, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao CRN da região de destino cabe, no exercício financeiro da transferência, a cobrança de taxas e emolumentos devidos para efetivação deste ato.
- (B) Os trâmites de transferência de inscrição de um CRN para outro deverão ser atendidos com a maior brevidade possível, mas não há prazo para a respectiva conclusão.
- (C) Ao CRN da região de destino cabe anotar, no prontuário do TND, a transferência e a região de destino.
- (D) O TND que mudar o próprio domicílio profissional não tem direito a transferência da respectiva inscrição provisória.
- (E) Enquanto não for concluído o processo de transferência, o TND não poderá exercer a profissão no CRN da jurisdição de destino com a inscrição regular do CRN de origem.

QUESTÃO 20

No que tange à baixa temporária do registro de pessoa jurídica, prevista na Resolução CFN nº 378/2005, assinale a alternativa correta.

- (A) A baixa temporária decorre *ex officio*, e não mediante requerimento.
- (B) No ato de reativação do registro, não é necessário que a pessoa jurídica recolha anuidade proporcional aos meses faltantes para o término do exercício.
- (C) A baixa perdurará por três anos, consecutivos ou não.
- (D) Durante o período de vigência da baixa, a Certidão de Registro e Quitação ficará retida no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN).
- (E) O ato de reativação do registro não está condicionado à apresentação de nenhum documento.

Área livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questões de 21 a 50

QUESTÃO 21

Determinada autoridade pública, ao praticar ato no exercício de atribuições do poder público, fere direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data* de parte dos nutricionistas inscritos no Conselho Regional de Nutrição da 3ª Região.

Quanto às ações constitucionais, tendo por base o caso hipotético narrado, é correto afirmar que o Conselho Regional de Nutrição da 3ª Região

- (A) tem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo; entretanto, em razão de a pretensão veiculada não ser de interesse de toda a categoria, não poderá impetrá-lo.
- (B) tem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo, ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria, e independe de autorização dos associados aos quais busca favorecer.
- (C) não tem legitimidade para impetrar o mandado de segurança, devendo recomendar que os prejudicados busquem o respectivo direito por intermédio de advogado particular ou então pelo sindicato da categoria.
- (D) tem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo, mesmo que a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria, e dependerá de autorização expressa dos associados aos quais busca defender.
- (E) tem legitimidade para impetrar apenas mandado de segurança individual.

QUESTÃO 22

O art. 5º da Constituição Federal apresenta um rol de direitos e deveres individuais e coletivos; em especial, o inciso XIII dispõe que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Por sua vez, a profissão de nutricionista é regulamentada pela Lei nº 8.234/1991, que apresenta, no respectivo bojo legal, uma série de competências privativas. A respeito do referido assunto e do atual entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que o inciso XIII é norma constitucional de eficácia

- (A) plena, razão pela qual o rol de atividades privativas apresentados na lei foi declarado inconstitucional pelo STF.
- (B) limitada, havendo declaração de parcial constitucionalidade do rol de atividades privativas.
- (C) contida, e o rol de atividades privativas foi declarado inconstitucional pelo STF, dado que nem todos os ofícios ou profissões podem ser condicionados ao cumprimento de condições legais para o respectivo exercício. A regra é a liberdade. Apenas quando houver potencial lesivo na atividade é que pode ser restringido.
- (D) plena, tendo sido declarada a inconstitucionalidade material de toda a Lei nº 8.234/1991.
- (E) contida, e o rol de atividades privativas foi declarado pelo STF como constitucional, respeitado o âmbito de atuação profissional das demais profissões regulamentadas.

QUESTÃO 23

Considere hipoteticamente que, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou que a Lei “X” é inconstitucional; apesar da referida declaração, determinado tribunal continuou a aplicar os termos legais declarados inconstitucionais em processos que o Conselho Regional de Nutrição (CRN) da 3ª Região figurava como parte, causando uma série de prejuízos ao conselho.

Visando a garantir a autoridade da decisão exarada pelo STF, é correto afirmar

- (A) que não existe instrumento jurídico apto a cassar a decisão exorbitante.
- (B) que as decisões que não dão vigência a declaração de inconstitucionalidade deverão ser apresentadas nos autos da ação que fora apreciada pelo STF.
- (C) que deverá ser apresentada reclamação ao STF visando à preservação da respectiva competência e garantia da autoridade das próprias decisões.
- (D) que, como decisão judicial não pode ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade ou inconstitucionalidade, deverá ser proposta pelo CRN uma ação de descumprimento de preceito fundamental.
- (E) que não há obrigatoriedade de vinculação dos demais tribunais quanto a decisão proferida pelo STF em controle de constitucionalidade.

QUESTÃO 24

Nos termos do atual entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), a respeito do controle de constitucionalidade das leis, assinale a alternativa correta.

- (A) As associações que representam fração de categoria profissional não são legitimadas para instaurar controle concentrado de constitucionalidade de norma que extrapole o universo dos respectivos representados.
- (B) Considerando a decisão judicial transitada em julgado, é cabível Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), pois é meio hábil para desconstituir a coisa julgada pelo respectivo caráter subsidiário.
- (C) A alteração do parâmetro constitucional, quando o processo ainda está em curso, prejudica a ação direta de inconstitucionalidade.
- (D) Todos os legitimados para propositura das ações de controle de constitucionalidade devem constituir advogados, e a procuração outorgada necessita de poderes específicos, ou seja, deve mencionar a lei ou o ato normativo que será impugnado na ação.
- (E) É inviável a celebração de acordo em um processo de índole objetiva, como a ADPF.

Área livre

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa que apresenta, de forma correta, a classificação da Constituição Federal de 1988 quanto à correspondência com a realidade, à origem e à dogmática, respectivamente.

- (A) Nominalista, promulgada e ortodoxa.
- (B) Nominalista, outorgada e eclética.
- (C) Normativa, outorgada e formal.
- (D) Normativa, promulgada e eclética.
- (E) Semântica, promulgada e formal.

QUESTÃO 26

Assente, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), os conselhos de fiscalização profissional, como o Conselho Regional de Nutrição, que têm natureza jurídica de autarquias. A respeito da forma de criação e da capacidade legislativa para propor a criação de autarquias, nos termos constitucionais, assinale a alternativa correta.

- (A) Poderá ser criada autarquia somente por lei específica, de competência do chefe do Poder Executivo.
- (B) A autarquia é criada por meio de lei específica ou medida provisória de competência do chefe do Poder Executivo.
- (C) Poderá ser criada autarquia somente por decreto legislativo, sendo competente para tanto quaisquer das casas do Poder Legislativo.
- (D) A forma de criação de uma autarquia é livre, cabendo à lei de estruturação assim definir, havendo competência concorrente para a proposição da lei.
- (E) Somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de autarquia; a competência para a referida lei é do Congresso Nacional.

QUESTÃO 27

No que tange à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, não poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.
- (B) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, os princípios gerais de direito, a doutrina e a jurisprudência.
- (C) O agente público responderá pessoalmente pelas próprias decisões ou opiniões técnicas somente em caso de dolo.
- (D) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado, levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.
- (E) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, mesmo que a lei pessoal do *de cuius* seja mais favorável.

QUESTÃO 28

Acerca do instituto da cláusula penal, nos termos do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O valor da cominação imposta na cláusula penal pode exceder o da obrigação principal.
- (B) Se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, a penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.
- (C) Só incorre na pena o devedor ou o herdeiro do devedor que a infringir, e proporcionalmente à própria parte na obrigação, no caso de obrigação indivisível.
- (D) Para exigir a pena convencional, é necessário o credor alegar prejuízo.
- (E) Caso o prejuízo exceda o previsto na cláusula penal, o credor poderá exigir indenização suplementar, mesmo que não tenha sido convenionado.

QUESTÃO 29

O Conselho Regional de Nutrição (CRN) local firmou contrato de empreitada com determinada empresa de construção, a fim de edificar a nova sede do conselho. O referido contrato foi encaminhado ao Departamento Jurídico do CRN para análise.

Considerando a situação hipotética apresentada e as várias espécies de contrato previstas no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Operam-se, de pleno direito, a cláusula resolutiva expressa e a tácita.
- (B) Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de 10 anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.
- (C) Sempre se extingue o contrato de empreitada pela morte de qualquer das partes.
- (D) Independentemente de o empreiteiro só fornecer mão de obra, todos os riscos correrão por conta dele.
- (E) O empreiteiro que se incumbir de executar uma obra, segundo plano aceito por quem a encomendou, salvo estipulação em contrário, não terá direito a exigir acréscimo no preço, ainda que sejam introduzidas modificações no projeto, a não ser que estas resultem de instruções escritas do dono da obra.

Área livre

QUESTÃO 30

A. S. P. e T. A. R., funcionárias do Conselho Regional de Nutrição (CRN), após discussão verbal, entraram em luta corporal, vindo A. S. P. a arremessar um jarro de planta em direção a T. A. R., que se abaixou, de modo que o jarro atingiu um veículo de propriedade de M. D. C. estacionado em via pública.

A respeito desse caso hipotético, com base na responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de M. D. C. estar dentro do veículo e ser atingido, ocorrendo o respectivo óbito, os herdeiros de M. D. C. não poderão exigir o direito à reparação.
- (B) O CRN não poderá ser responsabilizado pelo ocorrido, em virtude de o fato ter sido provocado por A. S. P.
- (C) M. D. C. poderá requerer reparação pelos danos materiais no respectivo veículo em face do CRN.
- (D) Caso A. S. P. seja processada criminalmente e a sentença decida pela inexistência do fato, não haverá a responsabilidade civil de A. S. P.
- (E) A indenização a que M. D. C. terá direito será medida pela extensão do dano, não podendo ser reduzida pelo juiz, mesmo na existência de excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.

QUESTÃO 31

No que se refere às provas no direito processual civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O ônus da prova incumbirá à parte que produziu o documento, quando for contestada a autenticidade deste.
- (B) Ao juiz caberá, somente a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.
- (C) Não é permitido ao juiz admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.
- (D) A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, no caso de recair sobre direito indisponível da parte.
- (E) A declaração quanto à falsidade de documento juntado como prova dos fatos jamais alcançará a autoridade da coisa julgada.

Área livre

QUESTÃO 32

De acordo com os procedimentos especiais do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Na pendência de ação possessória, é facultado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, exceto se a pretensão for deduzida em face de terceira pessoa.
- (B) Em procedimento de inventário e partilha, o magistrado está proibido de deferir antecipadamente a um herdeiro o direito de uso e fruição de bem do espólio.
- (C) Em ação monitória, o magistrado deverá determinar, em regra, a citação do réu por meio de oficial de justiça, em virtude de ser vedada a citação pelo correio.
- (D) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho, e reintegrado em caso de turbação.
- (E) Se o objeto da prestação for coisa indeterminada e a escolha couber ao credor, será este citado para exercer o direito dentro de cinco dias, se outro prazo não constar de lei ou do contrato, ou para aceitar que o devedor a faça, devendo o juiz, ao despachar a petição inicial, fixar lugar, dia e hora em que se fará a entrega, sob pena de depósito.

QUESTÃO 33

Considerando as regras de competência estabelecidas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.
- (B) Os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente deverão ser conservados até que outra seja proferida pelo juízo competente, se for o caso, salvo decisão judicial em sentido contrário.
- (C) A incompetência relativa deverá ser alegada incidentalmente, por meio de exceção de incompetência, por instrumento apartado à contestação.
- (D) Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, incluindo as ações de falência e recuperação judicial, acidente de trabalho, insolvência civil, bem como as sujeitas à justiça eleitoral e justiça do trabalho.
- (E) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, ainda quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.

Área livre

QUESTÃO 34

Em razão de descumprimento contratual, o Conselho Regional de Nutrição (CRN) ajuizou demanda em desfavor de uma empresa de manutenção de informática, entretanto, o juízo, ao receber a ação, julgou liminarmente o pedido improcedente, por entender que houve contrariedade a enunciado de súmula do Tribunal de Justiça competente. Contra a referida decisão, o jurídico do CRN interpôs apelação.

Quanto a essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) O juízo não conhecerá da apelação interposta, em virtude de o recurso cabível ser o agravo de instrumento.
- (B) Ocorrendo retratação, o juízo dará prosseguimento ao processo sem que o réu seja citado.
- (C) O réu deverá ser citado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, caso haja retratação do juízo que proferiu a sentença.
- (D) Será facultado ao magistrado retratar-se no prazo de cinco dias.
- (E) O processo será encaminhado imediatamente ao tribunal de justiça para julgamento da apelação, por se tratar de improcedência liminar do pedido.

QUESTÃO 35

Acerca de dispensa e inexigibilidade de licitação, assinale a alternativa que apresenta hipótese taxativa de licitação dispensada, isto é, quando a licitação não é admitida, conforme o previsto no art. 17 da Lei nº 8.666/1993.

- (A) A alienação de bens imóveis da administração pública estará dispensada nos casos de dação em pagamento.
- (B) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem, a licitação será inexigível.
- (C) A licitação será inexigível quando a União precisar intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (D) A licitação será dispensada quando se tratar de serviços técnicos de natureza singular e de notória especialização.
- (E) A licitação será dispensada quando houver a impossibilidade de competição, como no caso da existência de um fornecedor exclusivo.

QUESTÃO 36

Em relação aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) A revogação do ato administrativo ocorre nos casos de atos inválidos, que deixaram de ser convenientes ou oportunos ao interesse público, com efeitos *ex tunc*.
- (B) A anulação do ato administrativo constitui a extinção do ato por motivos de ilegalidade e oportunidade, e possui somente efeitos *ex nunc*.
- (C) A anulação de um ato administrativo pode ser declarada pela própria administração pública e pelo Poder Judiciário.
- (D) A revogação é a extinção do ato administrativo por motivo de ilegalidade.
- (E) O ato administrativo vinculado só pode ser revogado.

QUESTÃO 37

A respeito da Responsabilidade Civil do Estado, prevista no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, quanto à teoria, em regra, é adotada atualmente no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) Teoria da responsabilidade subjetiva para todas as hipóteses existentes.
- (B) Teoria do risco administrativo, sem causas excludentes, para os danos nucleares e ambientais.
- (C) Teoria do risco administrativo que reconhece uma única hipótese de excludente de responsabilidade, ou seja, quando houver culpa exclusiva da vítima.
- (D) Teoria do risco integral, quando o serviço atrasou ou funcionou mal.
- (E) Teoria do risco administrativo que admite duas hipóteses de excludente de responsabilidade, ou seja, quando houver culpa exclusiva da vítima e caso de força maior ou caso fortuito.

QUESTÃO 38

No que concerne às entidades da administração pública indireta, assinale a alternativa correta.

- (A) Fundações públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, para executar atividades típicas da administração pública direta.
- (B) Sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por autorização legislativa, com a maioria do capital público e sempre constituídas sob a forma de sociedade anônima (S/A).
- (C) Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei específica, com a totalidade de capital público e organizadas por qualquer forma societária admitida legalmente.
- (D) Autarquias são pessoas jurídicas com patrimônio personalizado, cuja criação depende de autorização legislativa.
- (E) Autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por autorização legislativa para executar somente atividades atípicas da administração pública direta.

QUESTÃO 39

Ato administrativo unilateral, discricionário e precário, para o uso de bem público por particular, sem licitação, visando a atender o particular no próprio interesse e também o interesse coletivo.

A definição apresentada refere-se à

- (A) concessão de uso de utilidade privada.
- (B) autorização de uso.
- (C) concessão de uso temporária.
- (D) permissão de uso.
- (E) autorização de uso comum.

Área livre

QUESTÃO 40

De modo geral, o Poder de Polícia é a atividade da Administração Pública de restringir ou condicionar o exercício de direitos individuais (liberdade e propriedade) em benefício da coletividade. De acordo com a melhor doutrina, quais são os atributos desse poder?

- (A) Discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.
- (B) Autoexecutoriedade, regulamentação e discricionariedade.
- (C) Coercibilidade, hierarquia e vinculação.
- (D) Disciplina, autoexecutoriedade e regulamentação.
- (E) Coercibilidade, discricionariedade e disciplina.

QUESTÃO 41

Com relação ao crédito tributário, o lançamento de ofício é aquele em que o Fisco dispõe de dados suficientes à realização do lançamento, sem a necessidade de declaração por parte do contribuinte. A esse respeito, assinale a alternativa correspondente ao imposto que é lançado de ofício pelo Fisco.

- (A) Impostos aduaneiros
- (B) Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços
- (C) Imposto sobre produtos veículos automotores
- (D) Imposto sobre produtos industrializados
- (E) Imposto de renda

QUESTÃO 42

Quanto à ação cautelar fiscal, assinale a alternativa correta.

- (A) A eficácia da medida cautelar fiscal não cessará, mesmo que o requerido promova a quitação do débito que estiver sendo executado.
- (B) A decretação da medida cautelar fiscal produzirá, de imediato, a indisponibilidade dos bens do requerido na totalidade do patrimônio deste.
- (C) A medida cautelar fiscal não poderá ser requerida quando o devedor põe ou tenta pôr os próprios bens em nome de terceiros.
- (D) A Fazenda Pública não será dispensada da prestação de caução quando o juiz conceder liminarmente a medida cautelar fiscal.
- (E) A decretação da medida cautelar fiscal produzirá, de imediato, a indisponibilidade dos bens do requerido até o limite da satisfação da obrigação.

Área livre

QUESTÃO 43

A ação de consignação em pagamento caberá

- (A) para declarar a existência, inexistência ou modo de ser de uma relação jurídica tributária.
- (B) nos casos de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.
- (C) quando houver a existência de pagamento indevido ou a maior de determinados tributos.
- (D) para se obter uma tutela jurisdicional que implique o desfazimento de lançamento por conta da nulidade nele verificada.
- (E) preventivamente quando da ocorrência de situação concreta e objetiva indicativa de iminente lesão ou direito líquido e certo.

QUESTÃO 44

O sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária. Contudo, há sujeitos passivos imunes aos impostos. Assinale a alternativa que indica tais sujeitos.

- (A) Pessoas físicas portadoras de deficiência física
- (B) Pessoas jurídicas com fins lucrativos
- (C) Pessoas jurídicas falidas
- (D) Templos de qualquer culto
- (E) Pessoas físicas idosas sem problemas de saúde

QUESTÃO 45

A denúncia espontânea está prevista no Código Tributário Nacional; por meio dela, o devedor, antes que o Fisco instaure contra ele qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, confessa que praticou uma infração tributária e paga voluntariamente os tributos em atraso. Diante desse pagamento antecipado, mesmo que o devedor pague antes da instauração de procedimento administrativo ou medida de fiscalização, ele deverá

- (A) pagar apenas os juros moratórios.
- (B) pagar os juros moratórios e multa.
- (C) pagar apenas o valor principal devido.
- (D) aguardar a notificação com os valores devidos.
- (E) pagar apenas a multa.

Área livre

QUESTÃO 46

Em uma ação trabalhista, o reclamante afirma que diariamente prestava duas horas de jornada extraordinária sem, entretanto, receber os valores destas e os respectivos reflexos. Em sede contestatória, a empresa negou tal fato e apresentou cartões de ponto que demonstravam horários de entrada e saída uniformes (ponto britânico); por sua vez, o reclamante fez provas testemunhais que comprovavam o alegado na peça exordial. Ao analisar a lide, o juiz condenou a empresa ao pagamento das horas extras e dos respectivos reflexos.

Tendo por base o caso hipotético apresentado, assinale a alternativa que corresponde ao princípio do direito do trabalho aplicado em sentença.

- (A) Indisponibilidade de direitos
- (B) Continuidade da relação de emprego
- (C) Primazia da realidade
- (D) Imperatividade das normas trabalhistas
- (E) Intangibilidade salarial

QUESTÃO 47

A respeito da jurisprudência, de súmulas e orientações jurisprudenciais do TST, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito ao aviso prévio é renunciável pelo empregado. O pedido de dispensa de cumprimento exime o empregador de pagar o respectivo valor.
- (B) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, gera vínculo de emprego com ente da administração pública.
- (C) O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregado.
- (D) O adicional de insalubridade não remunera os dias de repouso semanal e feriados.
- (E) O trabalho prestado em domingos e feriados, não compensado, deve ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal.

QUESTÃO 48

Com relação ao conceito de empregado, empregador e grupo econômico, assinale a alternativa correta.

- (A) As instituições sem fins lucrativos não podem ser consideradas como empregadoras, pois a ausência de objetivo de lucro retira o requisito da onerosidade do contrato de trabalho.
- (B) Entre as empresas que integram o grupo econômico, há responsabilidade solidária pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.
- (C) São requisitos essenciais para a configuração do empregado na relação de emprego: pessoa física, nível de escolaridade, pessoalidade, não eventualidade, subordinação e onerosidade.
- (D) Se o quadro societário de quatro empresas distintas é idêntico, ainda que não haja interesse integrado, o grupo econômico entre essas empresas estará configurado.
- (E) Pode haver distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

QUESTÃO 49

Suponha que Maria emprestou o próprio *notebook* e três livros para o amigo José, no intuito de ajudá-lo com uma demanda de trabalho de conclusão de curso exigida para a obtenção do diploma de nível superior no curso de psicologia. Após alguns dias, necessitando do *notebook* dela por motivo de ordem pessoal, ela solicitou ao amigo que o devolvesse, juntamente com os três livros anteriormente emprestados. Diante da inércia de José em devolver os bens, Maria pegou a bicicleta dele para a quitação do empréstimo, dado que o valor dos bens é quase equivalente. Nessa hipótese, Maria praticou

- (A) favorecimento pessoal.
- (B) exercício arbitrário ou abuso de poder.
- (C) denúncia caluniosa.
- (D) exercício arbitrário das próprias razões.
- (E) exploração de prestígio.

QUESTÃO 50

Dois colombianos explodiram bombas em uma agência do Banco do Brasil, sediada em Nova Iorque (Estados Unidos da América), para acessar os valores que lá se encontravam. Nessa hipótese, ambos estão sujeitos à aplicação da lei penal brasileira por se tratar de uma hipótese de

- (A) territorialidade temperada.
- (B) extraterritorialidade condicionada, dada a incidência do princípio da nacionalidade ativa.
- (C) extraterritorialidade incondicionada, dada a incidência do princípio real.
- (D) extraterritorialidade incondicionada, dada a incidência do princípio da bandeira.
- (E) extraterritorialidade condicionada, dada a incidência do princípio cosmopolita.

Área livre

PROVA DISCURSIVA

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova é composta por 1 (uma) questão discursiva.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O texto definitivo da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 (um), na página inicial da(s) folha(s) de texto definitivo da prova discursiva. A falta de observação dessa orientação acarretará a anulação da prova do candidato.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta da questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.
- Inicie o texto, impreterivelmente, na primeira linha.

QUESTÃO DISCURSIVA

Leia, com atenção, os textos a seguir.

Texto 1

Jornada de Atualização Técnica reúne Fiscais do Sistema CFN-CRN em São Paulo

(28/11/2018) Nutricionistas Fiscais de todo o Brasil estão reunidos em São Paulo, a partir desta terça-feira, 27 de novembro, para a VI Jornada de Atualização Técnica de Fiscais do Sistema CFN-CRN. A programação do evento, que continua até o dia 29, inclui uma série de palestras a respeito de temas relevantes para a atuação profissional.

O encontro foi aberto pela presidente do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), que reforçou a importância do fiscal como agente de orientação do sistema. “Temos que mudar essa visão de que fiscalizar é punir”, conclui a presidente.

[...]

Disponível em: <<http://www.crn3.org.br>>. Acesso em: 25 abr. 2019, com adaptações.

Texto 2

A punição a um nutricionista do Distrito Federal trouxe à tona a discussão acerca do risco do uso de anabolizantes. Um paciente denunciou o profissional ao Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) da 1ª Região por ter receitado o uso de esteroides, além da prescrição de uma dieta não recomendada. Pela atuação irregular, ele ficará seis meses afastado.

Segundo a presidente da Comissão de Ética do CRN, não é competência do profissional de nutrição prescrever qualquer tipo de remédio. “Nós não estudamos para isso e não temos competência para definir o tipo de hormônio, a posologia e por quanto tempo deve ser utilizado. Nada disso faz parte da nossa profissão, pois o papel é fazer uma orientação de alimentação baseada em nutrientes, e não com medicamentos”, destaca.

Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br>>. Acesso em: 25 abr. 2019, com adaptações.

Considerando que os textos apresentados têm caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo respondendo a uma consulta feita por um dos conselheiros do Conselho Regional de Nutrição (CRN) à assessoria jurídica quanto aos poderes fiscalizatórios e punitivos do CRN. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) conceito dos poderes administrativos envolvidos na atividade fiscalizatória e punitiva;
- b) atributos e características dos referidos poderes;
- c) aplicabilidade desses poderes;
- d) limitações; e
- e) possibilidade de controle dos atos praticados com abuso de poder.

Área livre – folha de rascunho na página seguinte

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	